



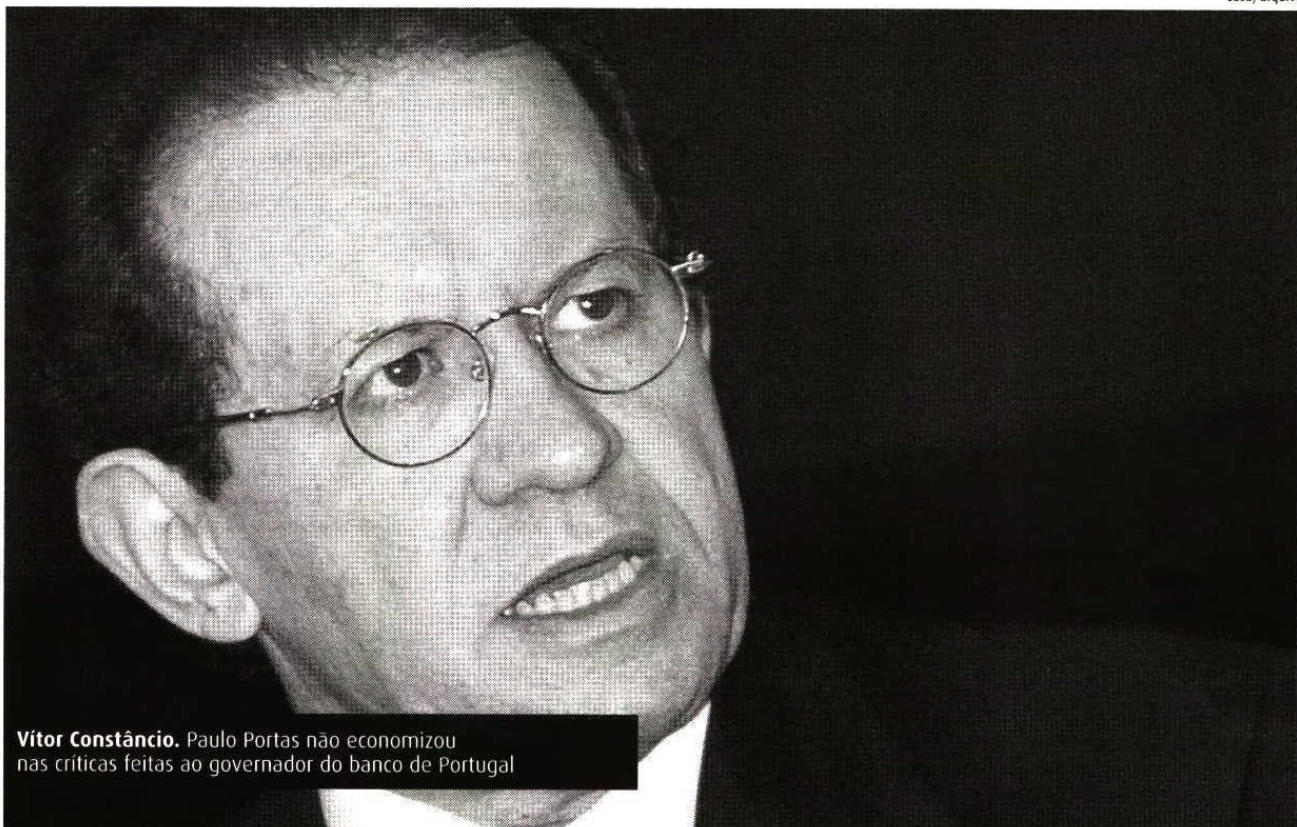
Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA

Paulo Portas critica severamente supervisão do Banco de Portugal

Constâncio não foi "incómodo e corajoso"

Lusa/arquivo



Vitor Constâncio. Paulo Portas não economizou nas críticas feitas ao governador do banco de Portugal

Para o líder do CDS/PP, o governador do Banco de Portugal não foi um "supervisor pró-activo" do sistema bancário português.

O presidente do CDS/PP, Paulo Portas, criticou a "política de não incomodar" seguida pelo Governador do Banco de Portugal no caso BPN e assegurou que serão colocadas "as perguntas que têm que ser feitas" na Comissão Parlamentar de Inquérito.

Para o líder centrista, "a tese central do governador está muito fragilizada", frisando que as declarações de Vitor Constâncio quando foi ouvido na Assembleia da República "foram desmentidas por documentos, por depoimentos e até pelo valor do 'buraco' no BPN". "Manifestamente, a versão apresentada no Parlamento pelo governador do Banco de Portugal não é sustentada por documentos

DIAS LOUREIRO/CASO BPN PSD apoia nova audição parlamentar

O PSD apoiará uma nova audição de Dias Loureiro na comissão de inquérito sobre o BPN, que deverá ser requerida face às contradições entre o seu primeiro depoimento e documentação vinda entre tanto a público. Afirmando que, desde o início, o PSD está "sempre disponível para todos os esclarecimentos que, no âmbito da comissão de inquérito for necessário dar", Paulo Rangel disse que

que já se conhecem", frisou.

Paulo Portas apresentou ontem no Porto um "ponto de situação" sobre o trabalho já realizado pela Comissão Parlamentar ao caso BPN, que considerou ser necessário devido "à gravidade do que já foi apurado".

"Nesta comissão parlamentar de inquérito tem prevalecido a procura da verdade e não o espiri-

"se for necessário dar três vezes, o PSD apoiará três vezes os esclarecimentos".

Em causa está uma notícia do Expresso - que fez manchete com o título «Dias Loureiro mentiu à Comissão de Inquérito», na qual o semanário "revela contrato negociado com veículo de investimento que ex-ministro negou conhecer no Parlamento", acrescentando que o conselheiro de Estado "afirma que não faltou à verdade, apenas relatou o que se lembra e que os deputados ponderaram voltar a ouvi-lo.

to partidário", elogiou o presidente do CDS/PP, defendendo a necessidade de "separar o trigo do joio" no sistema financeiro português.

Para Portas, "casos como o BCP, o BPP e o BPN são irrepetíveis, se queremos ter um sistema financeiro saudável". Defendeu, por isso, que a comissão parlamentar de inquérito "tem que chegar ao fundo da questão".

Por essa razão, o líder centrista assegurou que Constâncio, quando se apresentar perante a Comissão Parlamentar, "vai ter que dar explicações razoáveis e satisfatórias". "Não sei onde as vai encontrar", sustentou.

Na perspectiva do presidente do CDS/PP, "nenhum dos poderes principais da supervisão foi utilizado ao longo de seis anos", defendendo que "a evidência de fraudes e irregularidades determinava uma intervenção mais tempestiva do Banco de Portugal".

"O que é mais estranho é que o governador do Banco de Portugal diz que faria tudo da mesma maneira", salientou.

Para Paulo Portas, o País "precisa de um supervisor pró-activo, que seja incómodo e corajoso se necessário", acrescentando que a actuação do Banco de Portugal no caso BPN "foi o oposto disto".

"A supervisão não podia ter sido mais minimalista", frisou Portas, recordando que "em seis anos, não esteve atenta e não fez as perguntas pertinentes".

**ESCÂNDALO
BPN**
CM
 investigação

GESTÃO ■ AUDITORIA INTERNA DETECTOU BURLA NO FINAL DO ANO PASSADO

 Administra-
 ção do banco
 fez queixa
 no DIAP,
 liderado por
 Maria José
 Morgado

JOÃO MIGUEL RODRIGUES

Gestor do BPN desvia 1,5 milhões a clientes

■ Vice-presidente do Benfica ficou sem cerca de 900 mil euros, que desapareceram da sua conta

● ANTÓNIO SÉRGIO AZENHA

O ex-gerente do balcão do BPN nas Amoreiras é suspeito de ter desviado 1,5 milhões de euros de contas bancárias de três clientes: só Mário Dias, vice-presidente do Benfica, terá ficado sem cerca de 900 mil euros. A nova administração do BPN, liderada por Francisco Bandeira, já apresentou uma queixa-crime contra José Manuel Gama Pereira ao Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP) de Lisboa, coordenado por Maria José Morgado. O ex-gerente está em parte incerta desde o início deste ano.

Ao que o CM apurou, a burla foi detectada pela nova administração do BPN no final de 2008, no âmbito

de uma auditoria interna. Na sequência desse trabalho decidiu avançar com uma queixa-crime contra o ex-gerente do banco no balcão das Amoreiras. Fonte próxima do DIAP limita-se a dizer que "existe um processo pendente [do BPN] no DIAP".

Para já a administração do BPN suspendeu de funções José Manuel Gama Pereira. Só que este gestor do BPN está desaparecido desde o início de 2008.

Dos três clientes que terão sido lesados pelo ex-gerente do BPN em cerca de 1,5 milhões de euros, Mário Dias será o mais prejudicado, dado que terão desaparecido da sua conta quase 900 mil euros. Já um dos donos da Ávila Motor, firma do ramo automóvel sediada em Lisboa, terá ficado sem

Contas de clientes terão sido movimentadas a partir do Banco Insular e do BPN Cayman



LUIS NEVES

Mário Dias estuda acção

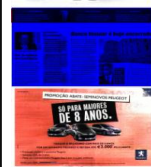
● Mário Dias está a estudar a hipótese de avançar com um processo judicial contra o BPN por o ex-gerente do balcão do banco nas Amoreiras ter desviado cerca de 900 mil euros de uma das suas contas bancárias. Ontem, em declarações ao CM, o vice-presidente do Benfica foi categórico: "Ainda não avançámos com uma acção judicial contra o BPN, mas vamos avançar. E concluir: "É só o que posso dizer agora." ■

200 mil euros. Um terceiro cliente terá sido lesado em 400 mil euros.

O desvio das verbas das contas bancárias destes clientes terá sido efectuado, segundo fonte conhecedora, "a partir das plataformas internacionais de Cabo Verde e de Caimão [onde estavam sediados, respectivamente, o Banco Insular e o BPN Cayman]". Para já, a auditoria interna ainda não terá apurado o valor total da burla.

Gama Pereira, de 36 anos e gerente do balcão das Amoreiras desde 2002, terá fugido no início deste ano para África, continente que terá visitado várias vezes em 2008. Admite-se que esteja em Angola ou na África do Sul.

Mas estes não serão os únicos clientes com problemas com o BPN: o CM sabe que José Maria Fábão, especialista em Direito Bancário, é um dos advogados que têm em preparação vários processos de clientes contra o BPN. ■



OPERAÇÕES | CONFIRMADAS

António Franco, antigo director de operações do BPN, admitiu no Parlamento que as operações fora de balanço do Insular eram registadas a partir da sede do BPN, em Lisboa



VITÓRIA | CARLOS COSTA

Em declarações à RTP, Carlos Costa, ex-presidente da comissão de gestão do Vitória de Setúbal, nega que os activos do clube estejam na Gestoprata, empresa participada pela SLN

PARLAMENTO | AUDIÇÕES

A comissão de inquérito parlamentar ouve hoje, às 15h00, Joaquim Nunes, ex-gestor da SLN, e João Carvalho das Neves, ex-administrador financeiro do BPN nomeado por Miguel Cadilhe



Vítor Constâncio, líder do BdP

Dor de cabeça de Constâncio

O Banco Insular (BI) foi das maiores dores de cabeça do Banco de Portugal (BdP). Desde a aquisição da Fincor pela SLN que o supervisor ligou o alerta sobre a hipótese de surgir um novo banco no grupo SLN e só autorizou a compra da Fincor após a alienação do BI. O BI acabou por cair na posse de uma offshore detida pela SLN. Constâncio só viu confessada a existência do BI em Junho de 2008. ■ D.R.

🔍 PORMENORES

● DONO FORMAL
José Vaz Mascarenhas é quem detém a maioria do Banco Insular. Ao Parlamento disse que é dono formal porque foi mandatado pelo BPN, que cedeu o dinheiro para as acções.

● DÚVIDA NA TITULARIDADE
Vaz Mascarenhas vendeu as suas acções, por ordem do BPN, à Marazion, offshore norte-americana que tem como último beneficiário a SLN. Mas o contrato não foi assinado pelo comprador, por isso há dúvidas na titularidade.

● SLN QUIS COMPRAR
O líder do Insular disse aos deputados que Oliveira e Costa informou o Banco Central de Cabo Verde de que estava disponível para comprar o banco.

Banco Insular é hoje encerrado

O Banco Insular (BI), que serviu de plataforma ao financiamento das empresas do grupo Sociedade Lusa de Negócios (SLN) e motivou um buraco financeiro de 585 milhões de euros desencadeado por operações não registadas no balanço do BI, fecha hoje portas por decisão do governo de Cabo Verde.

Numa portaria ontem publicada, o executivo cabo-verdiano justifica a decisão com a ausência de "normativos prudenciais respeitantes, nomeadamente, à reposição de fundos próprios, ao respeito do limite do rácio de solvibilidade e ao limite de concentração de riscos de crédito". "Até à presente data a situação não foi sanada", lê-se.

O documento diz que o BI escondeu a natureza e o modelo de negócios que desenvolvia, não tendo comunicado ao Banco de Cabo Verde o seu real proprietário.



O primeiro-ministro de Cabo Verde, José Maria Neves, ordenou o fecho do Insular

O BI tem sido alvo da maioria das questões levantadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito ao BPN. Aos deputados, José Vaz de Mascarenhas, ex-líder da instituição, admitiu que uma inspecção feita pelo Banco Central de Cabo Verde no final de 2007 assinalou estes mesmos problemas. ■ D.R.



Carvalho das Neves hoje na Assembleia

■ A comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN já agendou as próximas audições. Hoje, os deputados vão ouvir antigos administradores da equipa de Cadilhe. Joaquim Nunes, às 15 horas, e depois João Carvalho das Neves, às 17 horas.



**POR OUTRAS
PALAVRAS**

**MANUEL ANTÓNIO
PINA**



Em defesa de Dias Loureiro

Dias Loureiro diz que “não se lembra” de ter assinado os contratos para a compra ruinosa de duas empresas tecnológicas em Porto Rico que o “Expresso” revelou, e que só porque, na altura, não se lembrava é que declarou na Comissão de Inquérito ao BPN que nunca tinha ouvido falar do Excellence Assets Fund, parceiro no negócio. Por isso está, obviamente, de “consciência tranquila”. Compreendo-o perfeitamente; as pessoas esquecem-se, eu ainda ontem me esqueci de umas luvas (sem ironia) no café. Diz William James que a memória é uma narrativa com que construímos o passado que, em cada momento, desejamos ou tememos; se alguém é culpado no caso, não é, pois, Dias Loureiro, é William James. Marc Augé assegura, por seu lado, que uma má memória rejuvenesce, e toda a gente viu o ar fresco e jovial que Dias Loureiro exibia durante a audição parlamentar. Alguns poderão ter pensado que teria feito uma plástica, mas o esquecimento é mais eficaz que o botox para eliminar as rugas, as do rosto como as da consciência. Ora se os filósofos e os antropólogos absolvem Dias Loureiro, quem somos nós para o condenar?

Caso BPN. O ex-administrador da SLN participou no acordo que pôs fim ao negócio 'desastroso' com os porto-riquenhos da BI. Isto depois de ter dito que só esteve no arranque da parceria

Loureiro concluiu negócio falhado

Ex-ministro actuou no acordo que negou conhecer

PAULA CORDEIRO

Dias Loureiro participou activamente no fim do negócio entre a porto-riquenha Biometrics ImagiMeering (BI) e a Sociedade Lusa de Negócios (SLN), liderando várias reuniões, entre Junho e Julho de 2002, e tendo concluído o acordo de saída do grupo português. Uma participação que contraria as suas declarações ao DN há duas semanas, quando referiu ter participado apenas no arranque do negócio, bem como o seu depoimento na comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN, em que referiu "não se lembrar" dos contratos que assinou.

De acordo com documentos a que o DN teve acesso, Dias Loureiro liderou uma reunião, em Junho daquele ano, em que foram discutidos vários aspectos relacionados com a parceria estabelecida em Novembro de 2001 e que não tinha tido qualquer desenvolvimento.

Confrontado com a sua participação no fim do negócio, Dias Loureiro afirmou ao DN que interveio "activamente" no seu cancelamento, em "várias reuniões", "para que a SLN não fosse a tribunal por incumprimento do *investment agreement*".

Segundo o ex-presidente da SLN Novas Tecnologias - *sub-holding* do grupo que geria a Nova Tech, a empresa criada no âmbito do negócio com a BI, detida a 75% pela SLN e a 25% pela BI - a sua intervenção impediu que os prejuízos com o negócio fossem "mais gravosos em 35 milhões de euros". Este negócio com a

BI resultou num prejuízo de 38 milhões de euros para a SLN, aos quais acresceriam mais 35 milhões. "O desenvolvimento dos produtos resultantes do acordo pressupunham o pagamento de cinco milhões de euros por semestre, durante seis semestres, por parte da SLN Novas Tecnologias, o que não se verificou", adiantou ao DN, Dias Loureiro.

"A minha intervenção foi no sentido de impedir que os responsáveis porto-riquenhos avançassem para tribunal, o que consegui", diz.

Com efeito, foi o ex-administrador da SLN que assinou, sozinho, o acordo que pôs fim a uma parceria que durou pouco menos de um ano. A 22 de Julho de 2002, a BI, representada por Hector Hoyos, e as empresas SLN, Nova Tech, Excellence Asset Fund Limited e Newtech Strategic Holding Limited (era nestas duas últimas que estavam estacionadas as acções en-

volvidas no negócio), representadas por Dias Loureiro, celebravam um acordo. Entre outros pontos, a Nova Tech tornava-se uma subsidiária da BI e o Excellence Assets Funds permanecia como accionista da BI

durante dois anos, findos os quais venderia a esta os 25% da sua posição por um dólar.

O "desastre" de todo este negócio poderia ter sido evitado, se os seus responsáveis tivessem atendido ao parecer sobre a porto-riquenha BI, nos domínios tecnológico e estratégico. Neste trabalho, realizado por Vieira Jordão, refere-se que, entre vários aspectos técnicos, a experiência acumulada da BI é "muito reduzida", caracterizando-se como uma *startup*.

Para a SLN, esta empresa visava o desenvolvimento do seu projecto de caixas automáticas e terminals de pagamento, o NetPay. ■

Dias Loureiro disse à comissão de inquérito não se lembrar do fim do acordo



GOVERNO DE CABO VERDE ENCERRA BANCO INSULAR

O Banco Insular de Cabo Verde, envolvido no escândalo do BPN, encerra hoje, por decisão do governo cabo-verdiano. A portaria que encerra a instituição foi ontem publicada no Boletim Oficial do Governo, sendo esta justificada pela falta de cumprimento de normas sobre reposição de fundos e riscos de crédito. Segundo a portaria que o extingue, citada pela Lusa, o banco ocultou a natureza e o modelo de negócio que viria adoptando e não comunicou ao Banco de Cabo Verde quem era o seu real proprietário. O Insular não tem respeitado "os prazos estabelecidos pela autoridade de supervisão no referente à entrega dos relatórios anuais e apresentação de contas auditadas, sem justificação plausível". A autoridade de supervisão tinha dado seis meses ao banco para repor os rácios, o que não foi cumprido.

PS e PSD sem pressa para ouvir Dias Loureiro

Parlamento. Partidos do 'bloco central' dizem que outras audições prioritárias

Todos os partidos concordam em ouvir de novo Manuel Dias Loureiro na comissão de inquérito ao caso BPN. Contudo, o PS e o PSD dizem - através dos respectivos coordenadores na comissão, Ricardo Rodrigues e Hugo Velosa - que essa audição deve ser organizada "sem urgência".

Ambos argumentam que há várias pessoas em espera para serem ouvidas. Hoje a comissão irá deliberar sobre os requerimentos visando convocar de novo Manuel Dias Loureiro ao Parlamento.

Portas 'aperta' Constâncio

Ontem, em conferência de imprensa no Porto, Paulo Portas criticou a "política de não incomodar" seguida pelo governador do Banco de Portugal no caso BPN e assegurou que serão colocadas "as perguntas que têm

de ser feitas" na Comissão Parlamentar de Inquérito. "Quando o governador do Banco de Portugal for à Comissão Parlamentar de Inquérito, o CDS/PP fará todas as perguntas que têm de ser feitas", ameaçou.

Para o líder centrista, "a tese central do governador está muito fragilizada". As declarações de Vitor Constâncio quando foi ouvido na Assembleia da República foram, segundo acrescentou, "desmentidas por documentos, por depoimentos e até pelo valor do 'buraco' no BPN".

"Manifestamente, a versão apresentada no Parlamento pelo governador do Banco de Portugal não é sustentada por documentos que já se conhecem", salientou o líder do CDS/PP.

Portas salientou ainda a qualidade do trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito: A "separar o trigo do joio" tem "prevalcido a procura da verdade e não o espírito partidário", elogiou. ■ J.P.H.



Comissão aprova hoje audição a Dias Loureiro

Deputados voltam a colocar a questão da permanência do ex-ministro no Conselho de Estado

ANA PAULA CORREIA
apc@jn.pt

Hoje, na comissão de inquérito, deverá ser aprovada nova audição de Dias Loureiro para esclarecer contradições entre o que disse aos deputados e o que terá assinado como administrador da SLN, empresa proprietária do BPN.

Todos os deputados membros da comissão de inquérito ao caso que levou à nacionalização do BPN estão de acordo. Por isso, o antigo ministro de governos de Cavaco Silva voltará ao Parlamento, para esclarecer as reais responsabilidades que teve nos negócios que envolveram o banco, cujo antigo presidente, Oliveira e Costa, está preso por diversas acusações, entre as quais a de branqueamento de capitais. Aliás, uma das plataformas para as transacções suspeitas, que levaram a um buraco de 1,8 milhões de euros no BPN, o Banco Insular de Cabo Verde encerrará hoje, por determinação do Governo daquele país.

A nova audição poderá, no entanto, não ser marcada para os próximos dias. Nenhuma das forças políticas representadas na comissão tem pressa. Até porque, quanto mais informação for possível recolher, melhores resultados poderá vir a ter a audição e, consequentemente, o inquérito parlamentar. Hugo Velosa, do PSD, Ricardo Rodrigues, do PS, Nuno Melo, do CDS-PP, Honório Novo, do PCP e João Semedo, do BE, to-



Dias Loureiro terá de explicar as contradições entre o do que disse na primeira audição e o conteúdo dos documentos que assinou

dos coincidem na opinião de ser preciso aclarar os factos à luz de toda a informação disponível. Aliás, o bloquista vai até requerer a alteração do calendário das audições, para que Coutinho Rebelo, o representante do fundo através do qual foi feito o negócio com o Porto Rico (ler caixa), seja ouvido antes de Loureiro.

Depois de ter dito à RTP-N, que não faltou à verdade, Dias Loureiro disponibilizou-se, logo no sábado,

quando foi publicada pelo Expresso a prova de que não foi dita a verdade aos deputados (ler caixa), mas João Semedo lembra que a opção de haver ou não audição pertence aos deputados.

“Quando se oferece é numa tentativa de retocar a imagem”, afirmou ao JN, o deputado, que na primeira audição interrogou o ex-administrador da SLN sobre a existência dos tais fundos off-shores.

A questão da imagem de Lou-

reiro passa ainda pela sua manutenção no Conselho de Estado, órgão no qual tem assento por indicação de Cavaco Silva. Na audição parlamentar, o conselheiro afirmou que se demitiria, “se sentisse que tinha feito coisas que pudessem causar incómodo e se sentisse o presidente da República também incomodado com alguma coisa”. Agora, com os novos dados, o tal “incómodo” será lembrado por alguns deputados. ■

As palavras e os actos do conselheiro de Estado

■ As palavras

No dia 27 de Janeiro, na comissão de inquérito, Dias Loureiro foi interrogado sobre se sabia qual foi o “veículo” financeiro utilizado para financiar a compra de duas empresas do Porto Rico, da qual resultou um prejuízo de 38 milhões de dólares. A resposta foi a seguinte: “Esses assuntos (financiamentos) nunca eram comigo”. Acrescentou, quando João Semedo o confrontou com a presença na reunião onde foi decidido o negócio, de Coutinho Rebelo, representante do Excellence Assets Fund: “Nunca ouvi falar desse fundo” e “só sei que esse senhor trabalhava para a Imofundos”.

■ As assinaturas

De acordo com os documentos revelados pelo Expresso, a assinatura de Dias Loureiro consta, com a de Oliveira e Costa, do contrato de promessa de compra de 2626 acções do Excellence (do off-shore das ilhas Caimão). Além disso, foi o único signatário do documento de desvinculação do Porto Rico.

CASO BPN

Portas vai propor figura de “impeachment” para reguladores

► O líder do CDS-PP defendeu, ontem no Porto, a criação de mecanismos de afastamento dos responsáveis das entidades reguladoras, como o Banco de Portugal, a Autoridade da Concorrência e a Entidade Reguladora do Sector Energético, para impedir que a democracia fique “capturada por um regulador que ninguém pode demitir”.

“Se houver uma falha grave ou continuada e se houver um consenso com maioria qualificada deve ser possível desencadear um processo de afastamento à semelhança do “impeachment”, se não as democracias ficam nas mãos de um regulador que pode ou não ter consciência dos seus erros”, afirmou Paulo Portas.

O líder referiu a necessidade de um “supervisor pró-ativo, incómodo e corajoso, se necessário”. Na sua opinião, “o oposto” da actuação do Banco de Portugal no caso BPN que considerou “minimalista” e “não incómoda”, salientando que Vítor Constâncio ainda tem muito a explicar.

“É manifesto que a versão do governador não é sustentada quer com os documentos, quer com os depoimentos, quer com a natureza dos factos, até pelo valor do buraco do BPN”. Portas adiantou que, face ao que foi apurado, quando Constâncio for ouvido pela “vai ter de dar explicações razoáveis e satisfatórias”, acrescentado

que não sabe “onde ele as irá encontrar”. Paulo Portas referiu que o buraco é de 1800 milhões de euros, um valor “duas e vezes e meia superior ao anunciado na nacionalização”. Relativamente à comissão de inquérito disse que nela “tem prevalecido a busca da verdade e não o espírito partidário, e assim deve continuar”. T.R.A.



CASO BPN

Tecnológica-fantasma da SLN chegou a deter a portuguesa Microfil

A Newtech Strategic Holdings, uma das sociedades porto-riquenhas envolvidas no caso BPN, chegou a deter 50% do capital e a presidência da tecnológica portuguesa Microfil

RUI NEVES

ruineves@negocios.pt

A Microfil - Tecnologias de Informação, uma das empresas envolvidas no processo de emissão de cartas de condução, polémica que animou o Verão passado, esteve durante cinco anos parqueada na Newtech Strategic Holdings, uma das sociedades tecnológicas com sede em Porto Rico pertencentes ao grupo Sociedade Lusa de Negócios (SLN), que detinha, até à nacionalização, o Banco Português de Negócios (BPN).

A administração da Microfil, empresa detida pelo casal Isabel e Manuel Antunes, não quis agora pronunciar-se sobre esta matéria. Mas o **Negócios** sabe que a dupla fundadora desta tecnológica abriu, no final de 2001, o capital da empresa à Newtech, tendo esta ficado com 50% e a presidência da Microfil. Entretanto, no final de 2006, a família Antunes recomprou estes 50% e acabou com uma parceria accionista que Manuel Antunes, em Maio de 2007, sem que revelasse a identidade do grupo detentor da Newtech, classificou de "conturbada".

Conhecida como a "caixa-forte" de Cortegaça, onde já digitalizou mais de mil milhões de documentos, é nos seus servidores que a Microfil guarda, por exemplo, os registos do Instituto de Emergência Médica (INEM) e o arquivo digital de grandes empresas nacionais. Especializada no desenvolvimento e implementação de sistemas de gestão integrada de informação, a empresa factura cerca de 10 milhões de euros e emprega perto de 100 pessoas.

À luz do chamado caso BPN, este negócio constitui mais uma ponta solta da intrincada engenharia financeira da SLN, que efectuou uma série de operações através de paraísos fiscais e que foi ocultada das autori-

dades portuguesas. Intrigantes são também as datas em que se deram a entrada e, sobretudo, a saída da Newtech do capital da Microfil. É que, se é certo que quer a Newtech quer a Biometrics, as duas tecnológicas-fantasma registadas em Porto Rico, foram adquiridas pela SLN no final de 2001, a investigação em curso valida que a SLN saiu da Newtech (registada como sem actividade) em Julho do ano seguinte, ou seja, quatro anos antes da alienação da posição na Microfil.

Na passada quarta-feira, um dos quadros da administração de Miguel Cadilhe declarou, na comissão de inquérito sobre o BPN, que identificou "entre 94 e 96 off shores" no grupo, dos quais em apenas "seis ou oito" o beneficiário último não era a própria SLN. Sobre os paraísos fiscais em concreto, Periquito Costa explicitou que a "Newtech Strategic Holdings foi usada para ter acções próprias da SLN" e o "Excellency Asset Funds foi um fundo de investimento usado para deter as acções da Biometrics de Porto Rico".

Segundo Periquito, "a Newtech também foi usada para ser a participante de uma segunda sociedade envolvida no caso Biometric, que era a Nova Tech". Já o Excellency Asset Funds "é um veículo com características diferentes das outras", frisou. "É um fundo de investimento e foi a entidade adquirente dos 25% das acções da Biometrics", a 30 de Novembro de 2001, explicou. "No dia em que a Newtech comprou 25% das acções da Biometrics, nesse mesmo dia são compradas por esse fundo", enfatizou. Ou seja, concluiu, foram vendidas pela SLN (detentora da Newtech) ao seu próprio fundo, um veículo fundamental para a compra das tecnológicas em Porto Rico, operação que resultou num prejuízo de 38 milhões de dólares à sociedade lusa.

Portugal tem 33% dos casos avaliado em Bruxelas



A Comissão Europeia (CE) está a avaliar as ajudas estatais aos sistemas

financeiros dos estados-membros num dossier de nove casos em que um terço tem a marca portuguesa. O BPN, o BPP e a recapitalização do sector ainda estão a ser avaliados, foi anunciado ontem em Bruxelas. Nos dois bancos, "prosseguem as discussões" com o Governo, segundo fonte da Comissão citada pela Lusa. Sobre o BPN, as autoridades europeias aguardam ainda a apresentação do plano de reestruturação. Os outros casos em apreço dizem respeito ao Dexia e a bancos na Finlândia, Holanda, Polónia e dois na Eslovénia. Os casos do Northern Rock e do WestLB estão em investigação por suspeitas de violação das regras comunitárias.

Foi no final de 2001 que a Newtech comprou 50% da Microfil, tendo a alienação desta posição ocorrido no final de 2006.



PSD apoia Loureiro na AR

O líder parlamentar do PSD, Paulo Rangel, apoia o regresso de Dias Loureiro à comissão de inquérito do caso BPN, na sequência da notícia do "Expresso" segundo a qual "Dias Loureiro mentiu" aos deputados sobre um veículo de investimento do banco.



Portas ataca Constâncio com contradições no BPN

● O governador do Banco de Portugal (BdP) esteve ontem debaixo de um ataque cerrado do líder do CDS-PP, Paulo Portas, que quer confrontar Vítor Constâncio na comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN com as "gravíssimas contradições" que, na sua opinião, existem entre as declarações que prestou no âmbito da audição parlamentar e documentos publicados".

Censurando veementemente Constâncio por não ter feito actuar os instrumentos de supervisão de que dispõe, Portas considerou que "a tese do governador do BdP está neste momento fragilizada por inúmeros testemunhos e por inúmeros documentos e até pelo próprio valor do buraco do BPN, que é de 1800 milhões de euros".

Afirmando que "a bota não diz com a perdigota", Portas aguarda, assim,

1,8

É o valor, em mil milhões de euros, que representa o "buraco" financeiro do Banco Português de Negócios

pelas declarações de Constâncio, a quem acusa de não ter feito nenhuma avaliação dos custos da nacionalização do banco. Considerando que "o agravamento das circunstâncias revela que a nacionalização foi um caso extremo", Portas alerta para o facto de "o país não ter condições para que voltar a ter casos destes, quer do ponto de vista das leis, quer do ponto de vista dos meios de supervisão, quer ainda da própria política de supervisão".

O presidente do PP considera que "é manifesto que a versão apresentada pelo governador do BdP não é sustentada nem por documentos que já se conhecem, nem por depoimentos que já foram ouvidos, nem tão-pouco com a natureza dos factos".

Para o final, Portas deixou uma alfinetada aos supervisores. "Não consigo entender como é que uma democracia pode ficar capturada por um regulador ou supervisores que não sejam competentes, que falham sistematicamente e que ninguém pode demitir. A demissão depende, unicamente, de um gesto, da sua vontade de sair", insurgiu-se. **Margarida Gomes**



NOVA QUESTÃO

**Dias Loureiro
deve sair
do Conselho
de Estado?**

Perante as contradições entre os documentos e as suas declarações no Parlamento sobre o caso Banco Português de Negócios (BPN), acha que Dias Loureiro tem condições para se manter no Conselho de Estado? Responda em www.negocios.pt